



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011110-42.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **SILVIA CRISTINA MORAES**
 Embargado: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Pálaro Júnior**

Vistos.

SILVIA CRISTINA MORAES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Banco Itaucard S/A, também qualificado, alegando tendo sido citada da ação de busca e apreensão não poderia o Juízo convolar aquela demanda em ação executória, posto que a doutrina e melhor Jurisprudência atentam de que a convolação só é possível, se a citação não tiver sido realizada, o que não seria o caso destes autos, destacando ter vendido o veículo com a assunção da obrigação de pagamento das prestações pelo comprador, que para sua surpresa soube não estar honrando o compromisso, aduzindo que o banco embargado estaria cobrando dívida em excesso, visto que mais da metade do contrato teria sido cumprido e os valores que deve referem-se tão somente às parcelas não pagas até o momento da citação da execução e não todo o contrato o que venceria somente em 15/03/2017, de modo que restaria evidente estar o banco embargado a cobrar valor superior ao seu efetivo crédito, que não poderia ultrapassar o valor de R\$ 42.155,00, de modo que requereu o acolhimento dos embargos para o fim de que a o embargada aceite o bem penhorado como dação em pagamento, quitando a execução.

O banco embargado respondeu sustentando que o embargante não foi citado na ação de busca e apreensão, autos nos quais não se manifestou, sendo regular a conversão daquela demanda em execução, portanto, salientando que o embargante era responsável pela garantia, ou seja, pelo veículo financiado, que não poderia ter alienado sem sua anuência, de modo que não poderia recusar a entregar o bem, e em relação ao excesso de execução destaca que, nos contratos firmados na vigência da Lei nº 10.931/2004, ocorrida mora no pagamento, a cobrança dar-se-á pelo valor integral da dívida, concluindo pela improcedência dos embargos.

A embargante replicou reafirmando os termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme pode ser lido e conferido nos autos da execução, não houve citação da ré, ora embargante, para o pedido de busca e apreensão, de modo que não há procedência da alegação de impossibilidade jurídica de conversão daquele pedido em execução. Rejeito, pois, a preliminar.

No mérito, cumpre lembrar que a alegação de excesso de execução deve observar o quanto dispõe o §5º do art. 739-A, do Código de Processo Civil, no sentido de que, “*Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento”.

Logo, não tendo sido apresentada conta alguma, de rigor rejeitar-se de plano a alegação.

Os embargos são improcedentes, cumprindo à embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, uma vez que os embargos demonstram caráter exclusivamente protelatórios.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos e CONDENO a embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**